



ZONA DE TRANSIÇÃO DOS PARADIGMAS FUNCIONALISTA E INTERPRETATIVISTA

Transition Zone of Paradigms Functionalist and Interpretivist

Gemael Chaebo¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Professor Assistente

gemaelchaebo@gmail.com

Tomás de Aquino Guimarães

Universidade de Brasília

Professor Titular

tomas.aquino.guimaraes@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir e (des)caracterizar a zona de transição existente entre os paradigmas funcionalista e interpretativista. Para isso, foi realizada uma revisão multiparadigmática sobre a zona de transição que conecta estes paradigmas, conforme proposto por Lewis e Grimes (1999). Os resultados apontam a presença de características do paradigma funcionalista no interpretativista e vice-versa, demonstrando assim, a construção da ciência em um *continuum* paradigmático.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo, Interpretativismo, Zona de Transição.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss and (mis)characterizing the transition zone between the functionalist and interpretive paradigms. For this, a multiparadigmatic review of the transition zone connecting these paradigms, as proposed by Lewis and Grimes (1999) was performed. The results indicate the presence of features of the functionalist paradigm in interpretive and vice versa, thus demonstrating a science construction in a paradigmatic continuum.

¹ Professor Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina (UFMS/CPNA). Doutorando em Administração pela Universidade de Brasília. Endereço: Rodovia MS 134 km 3, Nova Andradina – MS, Brasil. CEP: 79750-000.

KEYWORDS: Functionalist, Interpretivist, Transition Zone.

1. INTRODUÇÃO

Os pesquisadores em teorias organizacionais partem de alguns pressupostos necessários ao entendimento das bases sobre as quais se constrói o conhecimento. Esses pressupostos indicam o modo como o pesquisador se relaciona com o mundo e sua abertura a novas formas de pensamento. Tullberg (2011) questiona a racionalidade do julgamento do pesquisador, afirmando que esta personalidade transforma o processo científico em um reprodutor de valores, ao invés do produto em si.

Assim, a formação de paradigmas é resultado da congruência de valores, crenças e técnicas que fornecem foco e energia às teorias (Kuhn, 1970) unificadas sob as perspectivas dos teóricos, que embora pareçam distantes ou superficiais umas às outras, apresentam orientações científicas comuns. A compreensão dos paradigmas exerce influência sobre o pesquisador, que pode perceber com mais clareza seu posicionamento na construção do conhecimento (Karatas-Ozkan & Murphy, 2010). Conscientemente ou não, os pesquisadores estão indubitavelmente imersos em suas convicções.

De acordo com Burrell e Morgan (1979), existem quatro paradigmas sociológicos, que são: funcionalismo, interpretativismo, humanismo radical e estruturalismo radical. Nesta pesquisa optou-se por abordar apenas dois desses paradigmas, o funcionalismo e o interpretativismo (que são os mais utilizados pelos pesquisadores, segundo Quaresma Júnior, 2014). Paes de Paula (2014) indica a incompletude dos paradigmas, e a possibilidade de transição entre essas matrizes orientadoras.

Desta forma, o objetivo geral desse trabalho é discutir e (des)caracterizar a zona de transição existente entre os paradigmas funcionalista e interpretativista. Aplicou-se sobre esses paradigmas a técnica de revisão multiparadigmática, interligando-os por meio de suas zonas de transição. Este tipo de metatriangulação entre paradigmas pode auxiliar na construção de teorias mais ricas e adaptadas à complexidade das organizações (Lewis & Grimes, 1999).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender os paradigmas sociológicos, é necessário não apenas apresentá-los, mas estabelecer ponderações quanto às suas dimensões inerentes, para assim solidificar o conhecimento sobre os pressupostos que os formam. Por intermédio das dimensões da objetividade/subjectividade e ordem/conflito, formam-se quatro paradigmas: funcionalismo,

interpretativismo, humanismo radical e estruturalismo radical (Burrell & Morgan, 1979; Morgan, 1980; Lewis & Grimes, 1999), conforme demonstrado na Figura 1.

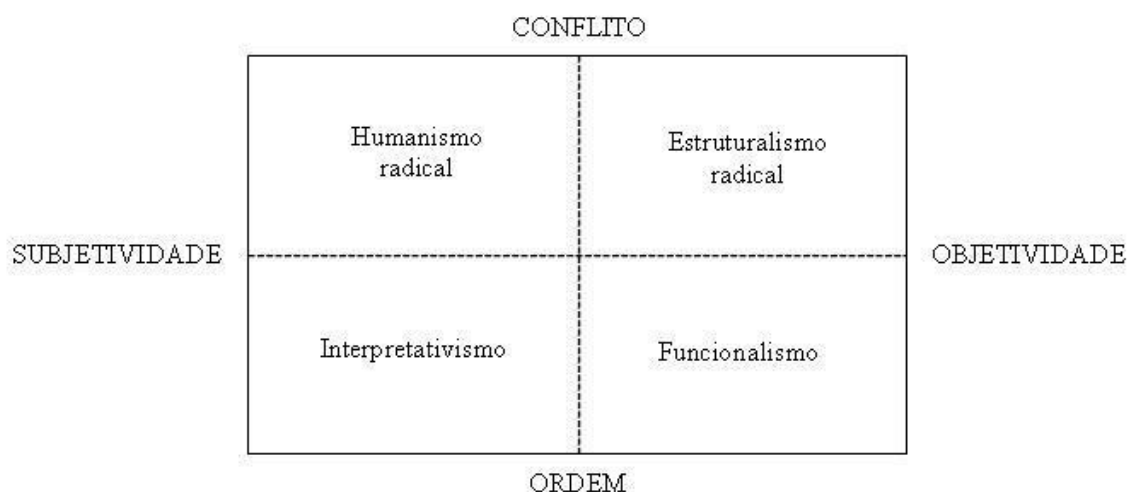


Figura 1 – Paradigmas de análise da teoria social
Fonte: Burrell e Morgan (1979).

Os pressupostos que orientam a conceituação dos paradigmas são ‘ontologia’, ‘epistemologia’, ‘natureza humana’ e ‘metodologia’. A ontologia se preocupa com a essência da realidade, se esta é criada pela consciência do indivíduo (nominalismo) ou se é alheia a essa consciência (realismo). O nominalismo compreende que o mundo exterior não passa de conceitos que objetivam estruturar a realidade. O realismo por outro lado, compreende o mundo como algo tangível e independente ao indivíduo (Burrell & Morgan, 1979).

A epistemologia estabelece a forma pela qual o conhecimento é adquirido, em um extremo é tratado como algo que pode ser observável (positivismo) e em outro é visto como algo que precise ser vivenciado (construtivismo ou anti-positivismo). No positivismo o conhecimento pode ser posto à prova, propondo generalizações às suas teorias; enquanto o construtivismo se posiciona contra essas generalizações, entendendo que o mundo social é subjetivo e apenas pode ser compreendido a partir do ponto de vista dos participantes, que vivem em um ambiente altamente dinâmico (Burrell & Morgan, 1979; Reed, 1999).

A natureza humana se preocupa com o relacionamento que os indivíduos estabelecem com seu ambiente, se este é condicionado pelo ambiente (determinismo) ou se os participantes exercem papel ativo (voluntarismo) nesta relação. Somente após a identificação

da ontologia, epistemologia e natureza humana é possível estabelecer a metodologia de investigação do fenômeno (Burrell & Morgan, 1979).

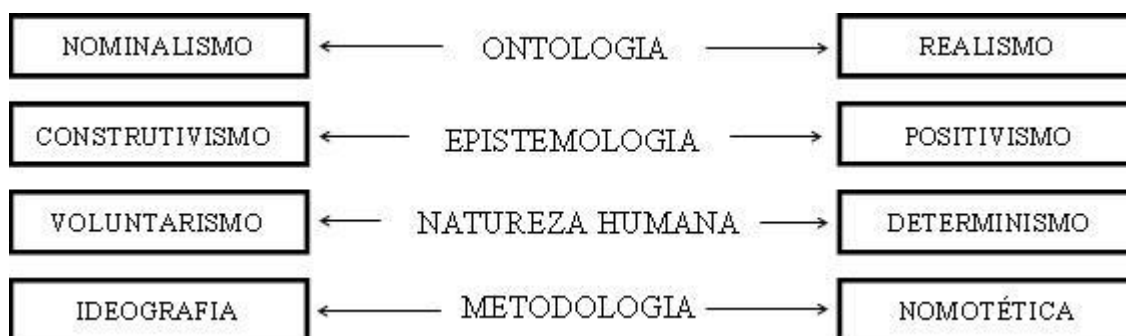


Figura 2 – A dimensão subjetiva / objetiva da teoria social
Fonte: Burrell e Morgan (1979).

A observação destes pressupostos auxilia no entendimento dos fatores situacionais e voluntários acerca das atividades de pesquisa (Burrell & Morgan, 1979). A definição dos pressupostos serve de palco para a ideologia que guia os pesquisadores, sendo que estas convicções devem ser constantemente revisitadas para a depuração das teorias sobre estudos organizacionais (Reed, 1999).

2.1. Paradigma Funcionalista

O funcionalismo é dominante entre os paradigmas em relação ao número de teorias e pesquisas, constituindo a ortodoxia em estudos organizacionais (Caldas & Fachin, 2005; Vergara & Caldas, 2005). Baseia-se nos princípios de regulação de Durkheim e da racionalidade científica de Comte, voltados para a preservação do *status quo* e da ordem social (Burrell & Morgan, 1979). O funcionalismo acredita na ordem e na existência concreta das coisas. A ordenação social é atrelada ao entendimento dos papéis humanos na sociedade (Morgan, 1980).

Seus pressupostos ontológicos conferem à ciência um caráter tangível e isento de juízo de valor, no qual o cientista é capaz de observar o fenômeno com o rigor e método considerados adequados. Pretende com isso, produzir conhecimento empírico para ser utilizado pela sociedade (Morgan, 1980). Contudo, ainda que os cientistas aleguem isenção de valores, estão comprometidos com alguns valores que lhe auxiliarão na explicação de uma visão parcial da realidade (Astley & Van de Ven, 1983).

O paradigma funcionalista é influenciado por princípios da Biologia, em que a sociedade é comparada a um “super organismo”. Cada membro é responsável por uma função, para que assim, o “corpo” possa sobreviver (Burrell & Morgan, 1979). Nesse sentido, a sociedade é vista como um conjunto de funções agrupadas racionalmente (Dimaggio & Powell, 1983). Durkheim *apud* Burrell e Morgan (1979) define essa interdependência das partes como “solidariedade orgânica”.

Quatro categorias de pensamento podem ser identificadas no paradigma funcionalista: a) Teoria do sistema social; b) Interacionismo e Teoria da ação social; c) Teoria do sistema social; e d) Objetivismo (Burrell & Morgan, 1979). Embora existam discussões entre essas categorias, elas apresentam uma orientação determinista, em que mecanismos impessoais imperam como restrições aos indivíduos. Esses mecanismos impessoais são utilizados para alcançar certas metas e por isso são definidos como funcionais. Não é levado em consideração o indivíduo mas o papel que ocupa, demonstrando o conjunto de obrigações e responsabilidades que lhe compete (Astley & Van de Ven, 1983).

Devido à proposta deste artigo, nesta etapa são apresentadas mais claramente as categorias que se encontram na porção mais subjetiva do paradigma funcionalista (interacionismo e teoria da ação social). O interacionismo e teoria da ação social dividem a mesma posição na dimensão objetividade/subjetividade, mas focam em elementos diferentes do processo social. O interacionismo é influenciado principalmente por Simmel e Mead, e a teoria da ação social por Weber (Burrell & Morgan, 1979).

O interacionismo rejeita posicionamentos extremos e argumenta a favor da associação humana e interação (Cassiani, Caliri & Pelá, 1996). O conteúdo da vida social pode ser extraído por meio de uma análise formal. Embora esteja preocupado com a forma, não é rigorosamente determinista, reconhecendo a atividade humana sobre o ambiente. Sua ontologia ocupa uma posição entre o realismo anglo-francês e o nominalismo germânico. Epistemologicamente é positivista, metodologicamente nomotético, e sua natureza humana ocupa uma posição intermediária. Por essas razões ocupa a porção menos objetiva do paradigma funcionalista, em que se percebe um movimento em direção ao paradigma interpretativista (Burrell & Morgan, 1979).

A teoria da ação social de Weber dentro do paradigma funcionalista contrasta com o determinismo de outras regiões do esquema analítico, permitindo um voluntarismo limitado

do comportamento humano. A teoria da ação social perpassa de forma bastante limitada por dentro do reino da subjetividade. Assim como o interacionismo de Simmel e Mead, pode ser entendida como uma forma de soldar as abordagens idealistas e positivistas no estudo da sociedade. Ainda que esteja na porção mais subjetiva do paradigma funcionalista, compartilha de seus pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos (Burrell & Morgan, 1979).

Nesse sentido, Astley e Van de Ven (1983) explicam que as organizações não são totalmente objetivas ou subjetivas. As estruturas que se formam englobam um caráter subjetivo inerente aos indivíduos, que agem de acordo com suas percepções, estabelecendo assim um fator de imprevisibilidade.

2.2. Paradigma Interpretativista

O interpretativismo se posiciona contra a dominação do paradigma funcionalista (Vergara & Caldas, 2005). Compreende o mundo pelo ponto de vista dos indivíduos diretamente envolvidos com o fenômeno (Morgan, 1980; Jesus, Peixoto & Cunha, 1998; Vergara & Caldas, 2005). Sua história é fortemente enraizada no idealismo germânico e se posiciona contra o positivismo. A realidade é produto da mente, no qual o processo interpretativo é a única maneira de se chegar à realidade. Desta forma o conhecimento é construído e sustentado socialmente pelo contexto que está inserido (Burrell & Morgan, 1979).

Weber reduziu todos os tipos de relacionamentos sociais e estruturas, todas as objetivações, todos os reinos da mente objetiva, às mais elementares formas de comportamento individual. Preocupou-se em criar uma ciência objetiva a partir de significados subjetivos e individuais (Burrell & Morgan, 1979). Para Weber, a realidade objetiva do mundo não é a questão central, mas o caminho pelo qual os seres humanos interpretam essa realidade (Jesus, Peixoto & Cunha, 1998).

Sob essa perspectiva, o ator social não poderia ser estudado por meio das ciências naturais, pois nas ciências naturais a preocupação repousa no estabelecimento de generalizações (Burrell & Morgan, 1979; Vergara & Caldas, 2005). Assim, o interpretativismo se alicerça sobre as ciências culturais, no qual o pesquisador procura entender os sentimentos humanos e a forma como estes sentimentos são expressos em ações e realizações. A função principal da ciência é ser interpretativa, compreendendo os significados

subjetivos da ação social. A ação é social quando seus significados subjetivos influenciam no comportamento de outros indivíduos (Burrell & Morgan, 1979).

O paradigma interpretativista engloba quatro categorias de teorias que variam entre si de acordo com seu grau de subjetividade, sendo: a) Solipsismo; b) Fenomenologia; c) Sociologia fenomenológica; e d) Hermenêutica. Todas essas escolas de pensamento compartilham perspectivas comuns, sendo: ontologicamente nominalistas, epistemologicamente anti-positivistas e essencialmente voluntaristas. Para os fins que se propõe este artigo, será dada maior atenção à hermenêutica, a porção menos subjetiva do paradigma interpretativista (Burrell & Morgan, 1979; Vergara & Caldas, 2005).

A hermenêutica procura entender como a mente humana caracteriza o mundo social e cultural (Vergara & Caldas, 2005). Ontologicamente, seus teóricos propõem uma visão idealista objetiva do ambiente sócio-cultural. Nesta teoria, os sentimentos humanos são externalizados por meio de artefatos culturais que contém um objetivo. Desta forma, instituições, obras de arte, literatura, idiomas, religiões são exemplos de objetivações de sentimentos, sendo que estas objetivações refletem a vida interior de seus criadores. Assim, a hermenêutica se debruça sobre o estudo destes artefatos para entender o mundo da mente objetiva (Burrell & Morgan, 1979).

Para a hermenêutica, o fenômeno social deve ser analisado em detalhes e interpretado na forma de textos (Sodré, 2004), para revelar seus sentidos e significâncias (Burrell & Morgan, 1979; Jesus, Peixoto & Cunha, 1998). O método adota um estilo literário de análise, para facilitar o entendimento de leis gerais. Segundo a hermenêutica, o todo não pode ser entendido independente de suas partes e vice-versa, da mesma forma que as palavras trocam de sentido se realocadas numa nova frase (Burrell & Morgan, 1979).

Então, a linguagem exerce uma função especial na dinâmica da interpretação (Sodré, 2004), mediando os quadros de referência durante o processo de entendimento (Morgan, 1980). A linguagem é compreendida como sendo mais do que um sistema de símbolos que apenas rotulam o mundo externo, se mostrando como uma maneira particular do humano em ver o mundo (Jesus, Peixoto & Cunha, 1998). Embora seja importante, a hermenêutica tem recebido pouca atenção dentro do contexto paradigmático (Burrell & Morgan, 1979).

Enfatiza que o mundo social não é mais do que seres humanos individuais que por meio do desenvolvimento e utilização da linguagem e das interações da vida cotidiana,

conseguem criar e sustentar um mundo de intersubjetividade de significados partilhados. Assim, o mundo social é de natureza essencialmente intangível, em um processo contínuo de reafirmação da mudança (Burrell & Morgan, 1979; Morgan, 1980).

3. MÉTODOS

Este artigo é essencialmente qualitativo, descritivo e dedutivo. A coleta de dados envolveu apenas dados secundários, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica realizada em livros e nos periódicos científicos. As palavras-chave pesquisadas nas bases de dados foram: ‘Zonas de transição paradigmática’, ‘Funcionalismo’, ‘Interpretativismo’, ‘Paradigma Funcionalista’, ‘Paradigma Interpretativista’, ‘Interacionismo’, ‘Teoria da ação social’, e ‘Hermenêutica’.

Os dados foram analisados de acordo com o modelo de revisão multiparadigmática proposto por Lewis e Grimes (1999), focando especificamente sobre a zona de transição entre os paradigmas funcionalista e interpretativista. A técnica de revisão foi a “interligação de paradigmas”, que visa entender as fissuras e conexões paradigmáticas.

4. CONCLUSÕES

Nesta seção são apresentadas as conclusões e recomendações para as quais se propôs este artigo. Existem semelhanças entre os paradigmas ‘funcionalista’ e ‘interpretativista’, uma similaridade em que ambas se estruturam sobre a sociologia da regulação (Burrell & Morgan, 1979),- entendendo que existe uma ordem e um padrão implícito no mundo social (Morgan, 1980). Mas, enquanto o interpretativismo encabeça a margem subjetivista, o funcionalismo representa a margem objetivista. Por meio da revisão multiparadigmática tentou-se superar a dicotomia objetivismo/subjetivismo presentes nesses paradigmas (Vergara & Caldas, 2005).

Burrell e Morgan (1979) afirmam que o interpretativismo é conceitualmente mais complexo e rico que o funcionalismo. Os teóricos interpretativistas criticam o objetivismo exagerado do funcionalismo, que de certa forma limita sua análise (Vergara & Caldas, 2005). Embora o funcionalismo continue dominante, os teóricos estão cada vez mais baseando seus trabalhos sobre paradigmas mais críticos e interpretativistas (Lewis & Grimes, 1999).

Os funcionalistas entendem as organizações como tangíveis e concretas, enquanto os interpretativistas às entendem como processos resultantes da interação entre os indivíduos

(Vergara & Caldas, 2005). Os interpretativistas constroem a realidade atrelada a um contexto específico e observam essa realidade pelo ponto de vista dos integrantes, mantendo o *status quo* da vida social (Burrell & Morgan, 1979). Por outro lado, os funcionalistas mantêm certa distância do fenômeno sob a justificativa de manter a isenção que o método científico requer (Morgan, 1980).

Acerca da interface entre as teorias posicionadas à margem dos paradigmas, cabem algumas ponderações interessantes. As categorias mais próximas à margem são mais abertas aos pressupostos do outro paradigma, não reproduzindo os seus de forma absoluta. Neste sentido, foram observadas características menos deterministas em relação ao interacionismo e a teoria da ação social. Da mesma forma, a hermenêutica utiliza artefatos que são resultados de experiências subjetivas, para propor generalizações de forma objetiva.

Jesus, Peixoto e Cunha (1998) afirmam que não é possível estabelecer limites para as abordagens, já que estas estão num movimento de transição. De acordo com Astley e Van de Ven (1983), são as interações entre estas diversas abordagens que auxiliam os teóricos a um entendimento mais profundo das teorias, em que cada uma é capaz de fornecer apenas uma versão da realidade; possibilitando a comparação de vantagens e desvantagens de uma abordagem em relação à outra (Tullberg, 2011). Assim, Lewis e Grimes (1999) concluem que embora os paradigmas pareçam bem delineados nos extremos, eles se confundem nas bordas. Possibilitando assim o surgimento, a continuidade e a sobreposição dos paradigmas (Karatas-Ozkan & Murphy, 2010).

O mundo demanda por teorias de diferentes tipos e isso se reflete na necessidade de não apenas contrastar diferentes paradigmas, mas também diferentes ramos da ciência (Tullberg, 2011). Contudo, Reed (1999) prevê que os conflitos entre a corrente relativista/construtivista e a positivista/objetivista continuarão a existir nos estudos organizacionais.

REFERÊNCIAS

ASTLEY, G. W.; VAN DE VEN, A. H. Central perspectives and debates in organizational theory. *Administrative Science Quarterly*, 28(2), p. 245-273, 1983.

- BURREL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. Aldershot: Ashgate Publishing Co., 1979.
- CALDAS, M. P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. *RAE*, 45(2), p. 46-51, 2005.
- CASSIANI, S. H. B.; CALIRI, M. H. L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. *Rev. Latino-am. Enfermagem*, 4(3), p. 75-88, 1996.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), p. 147-160, 1983.
- JESUS, M. C. P.; PEIXOTO, M. R. B.; CUNHA, M. H. F. O paradigma hermenêutico como fundamentação das pesquisas etnográficas e fenomenológicas. *Rev. Latino-am. Enfermagem*, 6(2), p. 29-35, 1998.
- KARATAS-OZKAN, M.; MURPHY, W. D. Critical theorist, postmodernist and social constructionist paradigms in organizational analysis: a paradigmatic review of organizational learning literature. *International Journal of Management Reviews*, 12(4), p. 453-465, 2010.
- KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: Chicago University Press, 1970.
- LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulation: building theory from multiple paradigms. *Academy of Management Review*, 24(4), p. 672-690, 1999.
- MORGAN, G. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organizations theory. *Administrative Science Quarterly*, 25(4), p. 605-622, 1980.
- QUARESMA JÚNIOR, E. A. Por uma síntese crítica do planejamento formal e da estratégia como prática. In: IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.
- PAES DE PAULA, A. P. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas. In: IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.

SODRÉ, O. Contribuição da fenomenologia hermenêutica para a psicologia social. *Psicologia USP*, 15(3), p. 55-80, 2004.

TULLBERG, J. Comparatism: a constructive approach in the philosophy of science. *The Journal of Socio-Economics*, 40(4), p. 444-453, 2011.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *RAE*, 45(4), p. 66-72, 2005.